

O CAMINHO DA SERVIDÃO*

F. A. Hayek

INTRODUÇÃO

Podemos aprender do passado e evitar a repetição de um processo indesejável. Faz-se hoje necessário declarar esta verdade amarga: é o destino da Alemanha que estamos em perigo de seguir. Se, a longo prazo, somos os criadores do nosso destino, de imediato somos escravos das idéias que criamos. Somente reconhecendo o perigo a tempo poderemos ter esperança de evitá-lo.

Os que estudam as correntes de idéias dificilmente deixarão de observar que há mais do que uma semelhança superficial entre o rumo do pensamento na Alemanha durante e após a Primeira Guerra Mundial e o atual rumo das idéias na Inglaterra. Há o mesmo desprezo pelo liberalismo do século XIX, o mesmo e espúrio "realismo" e até cinismo, a mesma aceitação fatalista de "tendências inevitáveis". Fui progressivamente me convencendo de que no mínimo algumas das forças que destruíram a liberdade na Alemanha também estão em atividade aqui, e de que o caráter e a origem desse perigo são, se possível, menos compreendidos entre nós do que o foram na Alemanha.

Poucos estão prontos a reconhecer que a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências. O importante é que, se considerarmos as pessoas cujas opiniões influem nos acontecimentos neste país, todas elas são em certo sentido socialistas. É porque quase todos o desejam que estamos marchando na direção do socialismo. A questão está em saber aonde esse movimento nos levará.

O problema não está em saber porque os alemães, como tais, são pervertidos, pois não é congenitamente provável que o sejam mais do que qualquer outro povo, mas em determinar as circunstâncias que durante os últimos setenta anos possibilitaram o desenvolvimento progressivo e a vitória final de um determinado conjunto de idéias, e em verificar por que motivo essa vitória acabou erguendo às primeiras posições os indivíduos mais viciosos entre eles.

A minha interpretação do que se passou na Alemanha e na Itália é muito diversa da que foi dada pela maioria dos observadores estrangeiros e pela maior parte dos exilados daqueles países. Seria um erro acreditar que foi o elemento especificamente alemão, e não o elemento socialista, que produziu o totalitarismo.

I. O CAMINHO ABANDONADO

Quando o curso da civilização toma um rumo inesperado, evitamos assumir a culpa pelo desvio. Mas o fato é que fomos nos afastando progressivamente das idéias básicas sobre as quais se erguera a civilização ocidental. Fomos aos poucos abandonando a liberdade econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado. Fomos avançando em direção ao socialismo.

E o individualismo passou a ter uma conotação negativa associada ao egoísmo. Na realidade, o individualismo tem como característica especial o respeito pelo ser humano e o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões. Durante todo o período moderno da história européia, a tendência geral do desenvolvimento social era libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados

* Esta condensação foi feita com base na edição de dezembro de 1984, do ILRJ.

pelo costume ou pela autoridade no que dizia respeito a suas atividades ordinárias. A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade econômica resultou do livre desenvolvimento das atividades econômicas, que tinham sido um subproduto imprevisto e não planejado da liberdade política.

Só depois que a liberdade industrial permitiu a livre utilização dos novos conhecimentos, depois que se tornou possível qualquer experimentação, só então é que a ciência deu os grandes passos que nos últimos 150 anos mudaram a face do mundo.

A contribuição do século XIX ao individualismo do período precedente foi apenas trazer a todas as classes a consciência da liberdade. Onde quer que fossem suprimidos os obstáculos ao livre exercício do engenho humano, o homem logo se tornava capaz de satisfazer o seu crescente número de desejos. Em princípio do século XX, o trabalhador do mundo ocidental havia alcançado um grau de conforto material, segurança e independência que pareceria impossível um século antes.

O êxito do liberalismo alimentou a ambição por muito mais. E ainda havia muito progresso a ser ganho no caminho que vinha sendo trilhado. A impaciência dos intervencionistas inspirava a adoção de medidas econômicas antiliberais que pudessem acelerar ainda mais os ganhos econômicos; por outro lado, a reação dos liberais contra essas medidas ajudou a projetar uma imagem "negativa" do liberalismo. Foi prejudicial a insistência obstinada de alguns liberais em certas regras primitivas, sobretudo o princípio do *laissez-faire*.

A impaciência crescente em face do lento progresso da política liberal, a justa irritação com aqueles que empregavam a fraseologia liberal em defesa de privilégios anti-sociais, e a ilimitada ambição pela melhoria social já conquistada fizeram com que, ao aproximar-se do final do século, a crença nos princípios básicos do liberalismo fosse aos poucos abandonada. E à medida que as esperanças da nova geração se voltavam para algo inteiramente novo, a compreensão e o interesse pelo funcionamento da sociedade existente sofreram brusco declínio, inclusive da consciência de tudo que dependia da existência do sistema liberal.

A conseqüência foi uma completa inversão de rumo, um completo abandono da tradição individualista que criou a civilização ocidental. De fato, decidimos prescindir das forças que produziram resultados imprevistos e substituir o mecanismo anônimo e impessoal do mercado pela condução coletiva e "consciente" de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos.

II. A GRANDE UTOPIA

Se o socialismo substituiu o liberalismo como a doutrina da grande maioria dos progressistas, isso não significa apenas que as pessoas tenham esquecido as advertências dos grandes pensadores liberais sobre as conseqüências do coletivismo.

Quase não ocorre hoje que o socialismo era, de início, francamente autoritário. No que se referia à liberdade, os fundadores do socialismo não escondiam suas intenções. Eles consideravam a liberdade de pensamento a origem de todos os males da sociedade do século XIX, e o primeiro dos planejadores modernos, Saint-Simon, chegou a predizer que aqueles que não obedecessem às comissões de planejamento por ele propostas seriam "tratados como gado".

Tocqueville, mais do que ninguém, percebeu que a democracia, como instituição essencialmente individualista, entrava em contradição frontal com o socialismo. Segundo ele, "democracia e socialismo nada têm em comum exceto uma palavra: igualdade". Mas, advertia o próprio Tocqueville que "enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade na repressão e na servidão".

O advento do socialismo seria um salto do reino da necessidade para o reino da liberdade. É importante perceber a sutil alteração do sentido a que se submeteu a palavra liberdade para tornar plausível esse argumento. Para que o homem pudesse ser verdadeiramente livre, o "despotismo da necessidade material" deveria ser vencido, e atenuadas "as restrições decorrentes do sistema econômico". Liberdade nesse

sentido não passa, é claro, de um sinônimo de poder ou riqueza. A reivindicação da nova liberdade não passava, assim, da velha reivindicação de uma distribuição eqüitativa da riqueza. Mas o novo rótulo forneceu aos socialistas mais uma palavra em comum com os liberais, e eles a exploraram ao máximo, a despeito do novo sentido dado àquela palavra.

A promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista. Foi inquestionavelmente a promessa de maior liberdade que atraiu um número crescente de liberais para o socialismo e tornou-os incapazes de perceber o conflito existente entre os princípios do socialismo e os do liberalismo. O socialismo foi aceito pela maior parte da *intelligentsia* como o herdeiro aparente da tradição liberal. Nos últimos anos, porém, esse erro foi tornando-se claro. Foi-se tornando clara a extraordinária semelhança, em muitos aspectos, das condições de vida nos regimes fascista e comunista.

Enquanto para muitos que observaram de perto a transição do socialismo para o fascismo, a relação entre os dois sistemas ficou cada mais evidente, na Inglaterra a maioria ainda acredita que o socialismo e liberdade ainda podem ser conciliados.

O socialismo democrático, a grande utopia das últimas gerações, não só é irrealizável, mas o próprio esforço necessário para concretizá-lo gera algo tão inteiramente diverso que poucos dos que agora o desejam estariam dispostos a aceitar as suas conseqüências.

III. INDIVIDUALISMO E COLETIVISMO

Há um equívoco com relação ao conceito de socialismo, que pode significar os ideais de justiça social e maior igualdade, mas o fato é que significa também a abolição da iniciativa privada e da propriedade privada dos meios de produção, e a criação de um sistema de "economia planejada" no qual o empresário que trabalha visando ao lucro é substituído por um órgão central de planejamento. Os fins ou objetivos do socialismo devem ser avaliados juntamente com os meios usados na sua realização. Não podemos nos esquecer de que o socialismo é uma espécie de coletivismo e que, portanto, tudo o que se aplica ao coletivismo se aplica também ao socialismo.

Quase todos os pontos de divergência entre socialistas e liberais referem-se aos métodos comuns a todas as formas de coletivismo, e não aos fins específicos para os quais os socialistas desejam empregá-los.

O conceito de "planejamento" deve sua popularidade em grande parte ao fato de todos desejarmos, obviamente, resolver os problemas ordinários da forma mais racional e de, para tanto, precisarmos utilizar toda a capacidade de previsão possível. Nesse sentido, somos todos planejadores. Mas o que os planejadores exigem é um controle centralizado de toda a atividade econômica de acordo com um plano único, que estabeleça a maneira pela qual os recursos da sociedade sejam "conscientemente dirigidos" a fim de servir a determinados fins.

A doutrina liberal baseia-se na convicção de que a concorrência é a melhor maneira de decidir sobre o uso dos recursos escassos; e reconhece que para ser eficaz a concorrência requer a existência de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada. Além disso, os liberais reconhecem que quando a concorrência falha, outros métodos de orientar as atividades econômicas se fazem necessários. Mas são contrários à substituição da concorrência de mercado por outros métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais.

Não basta, para a eficácia do mercado, que a lei reconheça o princípio da propriedade privada e da liberdade de contrato; também é importante uma definição precisa do direito de propriedade.

Finalmente, há certos campos nos quais, sem dúvida, nenhuma disposição legal poderá criar a condição primeira da qual depende a eficácia do sistema: que o proprietário se beneficie de todos os serviços úteis prestados pela sua propriedade e sofra as conseqüências dos danos causados pelo seu uso. Quando isso

não se dá, faz-se necessária a ação das autoridades para a correção dos desvios oriundos de externalidades positivas e negativas.

A criação de uma estrutura institucional adequada ao funcionamento benéfico da concorrência estava longe de ser completada quando, em toda a parte, os Estados começaram a substituí-la por um princípio diferente e inconciliável. Já não se tratava de fazer funcionar a concorrência e de complementar-lhe a ação, mas de substituí-la por completo. O que une os socialistas de esquerda e direita é essa hostilidade à concorrência e o desejo de substituí-la por uma economia dirigida.

A luta universal contra a concorrência promete gerar, antes de tudo, algo ainda pior: uma situação que não pode satisfazer nem planejadores nem liberais, uma espécie de organização sindicalista ou "corporativista" na qual a concorrência é mais ou menos suprimida, mas o planejamento fica nas mãos de monopólios independentes, controlados por setores específicos da economia.

Muitos ainda acreditam que é possível encontrar um meio-termo entre concorrência e dirigismo central. Isso não é viável, pois os dois métodos são fracos e ineficientes quando incompletos. O planejamento e a concorrência só podem ser combinados quando se planeja visando concorrência, nunca contra ela.

IV. A "INEVITABILIDADE" DO PLANEJAMENTO

Alguns defensores do planejamento se contentam em afirmar que o planejamento central é desejável. A maioria deles afirma que não há mais escolha: a concorrência deve ser substituída pelo planejamento. Alimenta-se o mito de que a concorrência vem sendo eliminada pela concentração de poder econômico ensejada por mudanças tecnológicas, alegação que não é confirmada pelos estudos empíricos. Na realidade, a criação de monopólios tem sido o resultado do protecionismo governamental.

Argumenta-se, por outro lado, que o planejamento central se impõe porque cada vez é mais difícil se ter uma visão coerente de todo o processo econômico. Isso se baseia na idéia completamente errada de como funciona a competição econômica: é a própria complexidade da economia moderna que requer a adoção da concorrência como único método de coordenar as atividades de milhões de agentes econômicos, concorrência essa que se vale das informações prestadas pelo sistema de preços, que registra de forma automática os efeitos relevantes das ações individuais. Quanto mais complexo for o mercado, mais necessitaremos da ação automática e impessoal do mecanismo de preços. Se tivéssemos dependido do planejamento central para o desenvolvimento do nosso sistema industrial, ele nunca teria alcançado o grau de diferenciação, complexidade e flexibilidade a que chegou.

Há ainda outros argumentos usados pelos defensores do planejamento central. Vale a pena indagar por que encontramos um número tão grande de técnicos e especialistas entre os entusiastas do planejamento. Quase todos os ideais tecnológicos dos nossos especialistas poderiam ser realizados num prazo relativamente curto, se realizá-los se tornasse o objetivo único da humanidade. São as ambições frustradas do especialista em seu próprio campo de trabalho que o levam a revoltar-se contra a ordem reinante. O movimento pro-planejamento deve sua força sobretudo ao fato de que reúne todos os idealistas que consagram sua vida a uma única missão.

V. PLANEJAMENTO E DEMOCRACIA

A característica comum aos sistemas coletivistas é a organização intencional das atividades sociais em função de um objetivo específico. Sob diversos aspectos, essa é uma formulação muito clara da questão básica, que nos conduz ao ponto em que a liberdade individual entra em conflito com o coletivismo. Os vários gêneros de coletivismo diferem entre si quanto ao fim buscado, e todos eles se distinguem do liberalismo e do

individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única, e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos. Essa finalidade única é vagamente definida como o "bem comum". Ora, o bem-estar de um povo, assim como a felicidade de um homem, dependem de inúmeras coisas que lhe podem ser proporcionadas numa infinita variedade de combinações. Não é possível exprimi-las de modo adequado como um objetivo único.

Em nossa sociedade não há ocasião nem motivo para que as pessoas tenham idéias idênticas sobre o que é preciso fazer em cada situação. Mas quando todos os meios a serem empregados pertencem à sociedade e devem ser usados em nome dela, de acordo com um plano único, é preciso que todas as decisões referentes às medidas a serem adotadas estejam submetidas a uma perspectiva "social". Até agora o progresso da civilização tem sido acompanhado por uma constante limitação da esfera em que os atos individuais se acham sujeitos a regras fixas. As normas que constituem nosso código moral têm-se tornado cada vez menos numerosas e de caráter mais geral.

A adoção de um código comum de ética importaria numa inversão dessa tendência.

O essencial para nós é que tal código ético completo não existe. A tentativa de dirigir toda a atividade econômica de acordo com um plano único suscitaria questões cuja solução somente as regras morais poderiam fornecer, mas para as quais a moral em vigor não tem resposta.

Além de não possuímos uma escala que inclua todos os valores, seria impossível a qualquer intelecto abarcar a infinita gama de necessidades diferentes de diferentes indivíduos que competem entre si pela posse dos recursos disponíveis e atribuir um peso definido a cada uma delas.

O fundamental é que cada pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta de um número limitado de necessidades.

O individualismo não parte do pressuposto de que o homem seja egoísta. Parte do fato incontestável de que os limites dos nossos poderes de imaginação nos impedem de incluir em nossa escala de valores mais que uma parcela das necessidades da sociedade inteira. Tal escala só pode existir na mente de cada um; segue-se então que apenas existem escalas parciais de valores.

Os chamados "fins sociais" e a ação comum acerca deles limita-se, assim, aos campos em que as pessoas concordam acerca de objetivos comuns. Quando os indivíduos se aliam num esforço conjunto para realizar objetivos comuns, eles conferem às organizações que criam para tais fins um sistema próprio de objetivos e seus próprios meios de ação. O Estado é uma dessas organizações. A eficácia da ação dessas organizações vai depender do grau de consenso entre as pessoas.

Não é só quando o Estado assume o controle direto em campos onde esse consenso ou acordo não existe que ele acaba por suprimir a liberdade individual. Quando as autoridades centrais e locais controlam diretamente o uso de mais da metade da renda nacional, acabam controlando indiretamente quase toda a vida econômica da nação.

Com freqüência o planejamento é invocado para atender a um suposto "bem comum" ou "bem-estar comum", expressões que apenas ocultam a ausência de um verdadeiro acordo entre as pessoas. Verificar-se-á, então, que há consenso sobre a conveniência do planejamento, mas não sobre os fins do plano.

Cresce a impressão, entre os defensores do planejamento, de que a gestão econômica deve ser confiada a especialistas e afastada da área política, o poder legislativo inclusive. Torna-se difícil então o convívio do planejamento com a democracia.

O grande mérito do liberalismo é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso e podem estar, portanto, na esfera das decisões individuais. O planejamento conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção. É injustificado supor que, enquanto o poder for conferido pelo processo democrático, ele não poderá ser arbitrário. Se uma democracia decide empreender um programa que implique necessariamente o uso de um poder não pautado por normas fixas, este se tornará um poder arbitrário.

VI. A PLANIFICAÇÃO E O ESTADO DE DIREITO

A característica que mais claramente distingue um país livre de outros que estão submetidos a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o Estado de Direito, e que reduzem tanto quanto possível o arbítrio das autoridades. Sob o Estado de Direito impede-se que o governo anule os esforços individuais mediante ação *ad hoc*.

A distinção que estabelecemos entre a criação de uma estrutura permanente de leis – no âmbito da qual a atividade produtiva é orientada por decisões individuais – e a gestão das atividades econômicas por uma autoridade central caracteriza-se, assim, como um caso particular da distinção mais geral entre Estado de Direito e o governo arbitrário.

A autoridade planejadora não pode limitar-se a criar oportunidades a serem utilizadas por pessoas desconhecidas como lhes aprouver. Não pode sujeitar-se de antemão a regras gerais e formais que impeçam a arbitrariedade. Ela deve prover necessidades reais das pessoas na medida em que forem surgindo, e depois determinar quais delas são prioritárias. No final, a opinião de alguém determinará quais os interesses preponderantes; e essa opinião passará a integrar a legislação do país, impondo ao povo uma nova categoria social.

A distinção entre Direito formal, ou justiça, e normas substantivas é muito importante. A distinção entre elas se assemelha a diferença que há entre um regulamento geral de trânsito e normas específicas dizendo às pessoas aonde ir. O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais, deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações.

As normas gerais, as verdadeiras leis, em contraposição às determinações específicas, devem ser configuradas de modo a atuar em circunstâncias que não podem ser previstas em detalhe, tornando impossível conhecer de antemão o seu efeito sobre pessoas ou objetivos determinados. Só nesse sentido o legislador será imparcial. Mas sempre que são conhecidos os efeitos precisos da política governamental sobre determinados indivíduos, sempre que o governo visa diretamente a determinados resultados, ele não pode deixar de conhecê-los e, portanto, não pode ser imparcial. Dessa maneira, favorece uma das partes e impõe suas preferências. Mais ainda, quando os resultados particulares são previstos na ocasião em que se faz uma lei, esta se converte num instrumento usado pelo legislador para controlar o povo.

Quando o planejamento se aplica a determinado setor econômico, surge o problema do interesse específico das pessoas envolvidas no plano. À medida que o planejamento se torna mais amplo, vai sendo necessário deixar a decisão do caso concreto ao poder discricionário da autoridade competente, com a conseqüente agressão aos princípios do Estado de Direito.

Não há dúvida de que o planejamento envolve, necessariamente, uma discriminação intencional entre as necessidades particulares de diferentes pessoas, e permite que um indivíduo realize aquilo que outro deve ser impedido de realizar.

A igualdade formal, perante a lei, conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma igualdade material ou substantiva intencional entre os diferentes indivíduos. Qualquer política de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito: para proporcionar resultados iguais para pessoas diferentes, é necessário tratá-las de maneira diferenciada. Para o Estado de Direito ser uma realidade, a existência de normas aplicadas sem exceções é mais importante do que seu conteúdo.

A imprevisibilidade dos efeitos concretos, que é a característica distintiva das leis formais de um sistema liberal, reveste-se também de importância porque contribui para desfazer um equívoco acerca da natureza desse sistema: a idéia de que sua atitude característica é a inação do Estado. Está claro que o Estado

tem de agir; mas o importante é saber se o indivíduo pode prever a ação do Estado e utilizar esse conhecimento como um dado na elaboração de seus propósitos pessoais.

O Estado de Direito só teve solução consciente durante a era liberal, e é uma das suas maiores realizações, não só como uma salvaguarda mas como a concretização jurídica da liberdade. Nunca o Estado de Direito foi tão ameaçado como o é hoje. Afirmar que num país com planejamento central o Estado de Direito não pode subsistir não equivale a dizer que os atos do governo não são legais. Significa apenas que o emprego dos poderes coercitivos do governo já não será limitado por normas preestabelecidas. Mas para que a lei permita às autoridades dirigir a vida econômica, deve conceder-lhes o poder de tomar e impor decisões em circunstâncias que não podem ser previstas. Por conseguinte, à medida que o planejamento se amplia, torna-se cada vez mais comum a delegação dos poderes legislativos a diversas comissões e autoridades.

A experiência dos vários países da Europa Central demonstrou amplamente até que ponto a admissão, ainda que apenas formal, dos direitos individuais ou da igualdade de direito das minorias perde todo o valor num Estado que empreende o controle integral da vida econômica.

VII. CONTROLE ECONÔMICO E TOTALITARISMO

Para ser submetido a um controle consciente, o complexo sistema de atividades inter-relacionadas que constitui a economia terá de ser dirigido por uma única equipe de especialistas, devendo a responsabilidade e o poder ficar a cargo de um chefe supremo, cujos atos não poderão ser tolhidos pelos processos democráticos. Para abrandar a situação os planejadores alegam que essa gestão autoritária se aplicará “apenas” às questões econômicas.

A idéia de que o poder exercido sobre a vida econômica só afeta questões de importância secundária – idéia que leva as pessoas a menosprezar a ameaça à liberdade de ação no campo econômico – é de todo infundada. Ela decorre em parte da noção errônea de que existem objetivos puramente econômicos, separados dos outros objetivos da existência. Rigorosamente falando, não existe “interesse econômico”, mas apenas fatores econômicos que condicionam nossos esforços pela obtenção de outros fins.

A questão suscitada pelo planejamento não consiste apenas em determinar se teremos condições de satisfazer o que consideramos as nossas necessidades mais (ou menos) importantes segundo nossas preferências. Consiste em determinar se cabe a **nós** decidir o que nos é de maior ou menor importância ou se essa decisão será tomada pelo planejador.

A autoridade que dirigisse a atividade econômica controlaria também a alocação dos meios escassos e os fins a que seriam destinados. O planejamento central significa que o problema econômico será resolvido pela comunidade, e não pelo indivíduo. O poder do planejamento sobre nossa vida privada seria total, mesmo que ele resolvesse não exercê-lo mediante o controle direto do consumo. E não seria apenas no que se refere à nossa condição de consumidores, nem mesmo especialmente nessa qualidade, que a vontade do governo daria forma e “orientação” à nossa vida cotidiana. Fã-lo-ia sobretudo na nossa condição de produtores, com a conseqüente restrição da nossa autonomia individual.

Para tornar exeqüível a imensa tarefa de planejar, as autoridades terão de reduzir a diversidade das inclinações e capacidades humanas a umas poucas categorias de unidades facilmente permutáveis, desprezando as pequenas diferenças pessoais. Embora o objetivo declarado do planejamento seja o de dar condições ao homem para que deixe de ser um simples meio, na realidade o indivíduo se tornaria mais do que nunca um simples meio, usado pela autoridade a serviço de abstrações como o “bem-estar social” ou o “bem comum”.

Estaríamos incorrendo em grave erro se procurássemos abrandar essas apreensões julgando que a adoção do planejamento central significaria apenas um retorno, após breve período de liberdade econômica, aos controles e restrições que têm governado a atividade econômica ao longo de quase toda a história, e que

por isso as violações da liberdade pessoal não seriam maiores do que eram antes da era do *laissez-faire*.

VIII. QUEM, A QUEM?

Uma das objeções à concorrência é que ela é “cega”. É oportuno lembrar que para os antigos a cegueira era o atributo da deusa da justiça. A concorrência e a justiça são dignas de elogio justamente por não admitirem discriminação entre as pessoas.

Nosso problema não é a escolha entre um sistema em que cada um receberá o que merece de acordo com um padrão absoluto e universal de justiça e um sistema em que a parcela de cada um seja determinada em parte pelo acaso ou pela sorte; é a escolha entre um sistema em que a vontade decida a quem caberá isto ou aquilo e outro em que essa parcela dependa, pelo menos em parte, da habilidade e da iniciativa dos indivíduos e, também em parte, das circunstâncias.

No regime de concorrência, as oportunidades ao alcance dos pobres são muito mais limitados que as acessíveis aos ricos. Mas, ainda assim, em tal regime o pobre tem mais liberdade do que um indivíduo que desfrute de mais conforto material numa sociedade de outro tipo.

Já esquecemos o que significa a falta de liberdade; essa é a razão pela qual muitas vezes não percebemos que, em todos os sentidos, um trabalhador não-especializado e mal pago tem, na Inglaterra, mais liberdade de escolher o rumo de sua vida do que muitos empresários na Alemanha.

O ideal de justiça da maioria dos socialistas seria satisfeito com a simples abolição da renda privada resultante das propriedades, permanecendo inalteradas as diferenças entre os rendimentos individuais do trabalho. Nossa geração esqueceu que a propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários mas também para os que não o são. Se todos os meios de produção pertencessem a uma única entidade, fosse ela a “sociedade” como um todo ou um ditador, quem exercesse esse direito teria controle absoluto sobre nós.

Decidir a participação de cada indivíduo na renda nacional envolve dificuldades políticas e sociais tão evidentes que até o mais inveterado planejador hesitará antes de encarregar qualquer autoridade dessa tarefa. Provavelmente preferiria limitar o planejamento à produção, organizando-a de modo “mais racional”.

À medida que se torna evidente que a situação do indivíduo não é determinada por forças impessoais, como resultado da concorrência, mas pela decisão de uma autoridade, mudará necessariamente a atitude de cada um para com a sua posição na ordem social. A desigualdade gerada por forças impessoais é mais bem suportada e afeta menos a dignidade do indivíduo do que quando é intencional. E quando o governo empreende o planejamento tendo a justiça como objetivo, não pode furtar-se à responsabilidade pelo destino ou posição de cada cidadão. O problema da posição dos diferentes indivíduos passa a ser a questão política predominante; na realidade toda a vida econômica se torna politizada. O problema do sistema socialista passa a ser: quem planeja a vida de quem?

O planejamento bem-sucedido exige a criação de uma opinião comum sobre valores essenciais; é por isso que a restrição da nossa liberdade no que diz respeito a coisas materiais atinge de modo tão direto nossa liberdade espiritual.

Não se justifica um plano concreto por uma convicção racional, mas pela aceitação de uma fé.

IX. SEGURANÇA E LIBERDADE

A idéia de segurança é vaga e ambígua, e por isso a aprovação geral à reivindicação de segurança pode tornar-se um perigo para a liberdade. Quando a segurança é entendida num sentido absoluto, o empenho geral em conquistá-la, ao invés de possibilitar maior liberdade, torna-se a mais grave ameaça a esta.

Há duas espécies de segurança: a limitada, que pode ser conquistada por todos e por conseguinte não constitui privilégio, mas objeto de legítimas aspirações; e a segurança absoluta, que numa sociedade livre não pode ser conquistada para todos e que não deveria ser concedida como um privilégio, exceto em casos muito especiais, como no dos juízes de direito.

Não há razão para que, numa sociedade que atingiu um nível de riqueza como o da nossa, a primeira forma de segurança não seja garantida a todos sem que isso ponha em risco a liberdade geral. No tocante a alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho. É justificável também que o Estado auxilie na organização de um esquema abrangente de previdência social. O mesmo se pode dizer da assistência pública às vítimas de catástrofes naturais. Há, finalmente, o problema das flutuações econômicas e os surtos de desemprego, que merece cuidadosa atenção, mas que não precisa de um planejamento central que substitua o mercado.

O planejamento que tem efeito tão insidioso sobre a liberdade é aquele que se destina a proteger indivíduos ou grupos contra a redução de suas rendas, contra perdas que impõem duras privações sem justificação moral, e que, contudo, são inseparáveis do sistema competitivo de mercado. Essa espécie de segurança não parece conciliável com a livre escolha de ocupação. Para que a escolha de ocupações seja livre, a garantia de uma determinada renda não pode ser concedida a todos. E se for concedida a alguns privilegiados, haverá prejuízo para outros, cuja segurança será então diminuída. Decisões desse tipo são, ademais, arbitrárias.

No mundo que conhecemos, é improvável que um indivíduo dê o melhor de si por muito tempo, a menos que seu interesse esteja diretamente envolvido. A maioria das pessoas necessita de alguma pressão externa para se esforçar ao máximo. A aplicação da engenharia social a toda uma nação – e é isso o que significa planejamento – gera problemas disciplinares de difícil solução.

Temos que lidar com um conflito entre dois tipos irreconciliáveis de organização social e que têm sido denominadas de sociedade comercial e sociedade militar. Talvez os termos não sejam adequados, mas o fato é que estamos diante de um dilema real, sem uma terceira alternativa: ou tanto a escolha como o risco recaem sobre o indivíduo, ou ele é eximido de ambos. O exército, entre as instituições conhecidas, é a que mais se aproxima do segundo tipo de organização, onde tanto o trabalho como o trabalhador são designados pela autoridade. Esse é o único tipo de sistema que pode oferecer plena segurança econômica, mas à custa das restrições à liberdade. E numa sociedade afeita à liberdade, não é provável que muitos se disponham a comprar a segurança a tal preço.

No sistema de mercado, a segurança só pode ser concedida a determinados grupos mediante o gênero de planejamento conhecido como “restricionismo”. O “controle”, isto é, a limitação da produção de modo que os preços assegurem um ganho “adequado”, é o único meio pelo qual se pode garantir um certo rendimento aos produtores numa economia de mercado. Mas isso reduz as oportunidades para as demais pessoas. Qualquer restrição à liberdade de entrada numa profissão reduz a segurança de todos os que se acham fora dela.

Quanto mais nos esforçamos para proporcionar completa segurança interferindo no mercado, tanto maior se torna a insegurança; e, o que é pior, maior o contraste entre a segurança que recebem os privilegiados e a crescente insegurança dos menos favorecidos. E, conforme disse Benjamin Franklin, “aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial em troca de uma pequena segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança”.

X. POR QUE OS PIORES CHEGAM AO PODER

Há razões de sobra para se crer que os aspectos que consideramos mais detestáveis nos sistemas totalitários existentes não são subprodutos acidentais, mas fenômenos que, cedo ou tarde, o totalitarismo produzirá. Assim como o estadista democrata que se opõe a planejar a vida econômica não tardará a defrontar-se com o dilema de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seu plano, também o ditador totalitário logo teria de escolher entre o fracasso e o desprezo à moral comum. É por essa razão que os homens inescrupulosos têm mais probabilidades de êxito numa sociedade que tende ao totalitarismo.

A questão que analisaremos é que atitudes morais serão geradas por uma organização coletivista da sociedade, e por quais idéias morais tal sociedade tenderá a ser dirigida? As idéias dependerão em parte das qualidades dos que conduzem os indivíduos ao sucesso num sistema totalitário e, em parte, das exigências do mecanismo totalitário.

Para a liderança do movimento as pessoas procuram um homem que goze de sólido apoio, de modo a inspirar confiança quanto à sua capacidade de realizar o que pretende. E aqui entra em cena o novo tipo de partido, organizado em moldes militares.

Embora os partidos socialistas tivessem poder político suficiente para obter seus fins, desde que resolvessem empregar a força, relutaram em fazê-lo. Sem o saber, tinham assumido uma tarefa que só poderia ser executada por homens implacáveis, prontos a desprezar as barreiras da moral reinante.

Muitos reformadores sociais aprenderam, no passado, que o socialismo só pode ser posto em prática por métodos que seriam condenados pela maioria dos socialistas.

Há três razões para que um grupo numeroso, forte e de idéias bastante homogêneas não tenda a ser constituído pelos melhores, e sim pelos piores elementos: 1. Quanto mais elevada a educação e a inteligência dos indivíduos, tanto mais se diferenciam os seus gostos e opiniões, e menor é a possibilidade de concordarem sobre determinada hierarquia de valores. Portanto, se queremos lograr alto grau de uniformidade e semelhança de pontos de vista, teremos de descer às camadas em que os padrões morais e intelectuais são inferiores e prevalecem os instintos mais primitivos. 2. As autoridades ou o ditador conseguirão o apoio dos dóceis e dos simplórios, que não têm fortes convicções próprias, mas estão prontos a aceitar um sistema de valores previamente elaborado, contanto que este lhes seja apregoado com estrépito e insistência. 3. Parece ser mais fácil aos homens concordarem sobre um programa negativo – ódio a um inimigo ou inveja aos que estão em melhor situação – do que sobre qualquer plano positivo.

Uma das contradições inerentes à filosofia coletivista é que, embora baseada na moral humanista aperfeiçoada pelo individualismo, só se mostra praticável no interior de um grupo relativamente pequeno. Enquanto permanece teórico, o socialismo é internacionalista; mas ao ser posto em prática, na Alemanha ou na Rússia, torna-se violentamente nacionalista. No coletivismo não há lugar para o amplo humanitarismo do liberal, mas apenas para o estreito particularismo do totalitário.

Se a “comunidade” ou o Estado têm prioridade sobre os indivíduos, se possuem objetivos próprios superiores aos destes e deles independentes, só os indivíduos que trabalham para tais objetivos podem ser considerados membros da comunidade. Como conseqüência, uma pessoa só é respeitada na qualidade de membro do grupo, se coopera para os objetivos comuns reconhecidos, e toda a sua dignidade deriva dessa cooperação, e não da sua condição de ser humano.

Enquanto para os grandes filósofos sociais individualistas do século XIX e mesmo para socialistas contemporâneos como Bertrand Russel, que herdaram a tradição liberal, o poder sempre se figurou o supremo mal, para o coletivista puro ele é um fim em si mesmo.

É errôneo afirmar que o grande poder exercido por uma comissão de planejamento central não seria maior do que o poder exercido conjuntamente pelas diretorias das empresas privadas. Numa sociedade

baseada na concorrência, ninguém exerce uma fração sequer do poder que uma comissão planejadora socialista concentraria nas mãos.

Já vimos que a separação dos objetivos políticos e dos objetivos econômicos representa uma garantia essencial da liberdade individual e como, em conseqüência, tal separação é atacada pelos coletivistas. Devemos acrescentar agora que a “substituição do poder econômico pelo político” significa necessariamente a substituição de um poder sempre limitado por um outro ao qual ninguém pode escapar.

O sistema coletivista não deixa à consciência individual a liberdade de aplicar suas regras próprias, nem mesmo conhece quaisquer regras gerais cuja prática seja exigida ou permitida ao indivíduo em todas as circunstâncias.

Como o direito formal, as regras da ética individualista são gerais e absolutas, por mais imprecisos que possam parecer certos aspectos. Prescrevem ou proíbem um tipo geral de ação, sem levar em conta se num caso específico o objetivo último é bom ou mau. Na ética individualista, o princípio de que o fim justifica os meios é considerado a negação de toda a moral. Na ética coletivista, torna-se a regra suprema; não há literalmente nada que o coletivista coerente não deva estar pronto a fazer, desde que contribua para o “bem da comunidade”, porque o “bem da comunidade” é para ele o único critério que justifica a ação.

Seria, no entanto, injusto considerar as massas que sustentam um regime totalitário destituídas de qualquer fervor moral, só porque prestam apoio irrestrito a um sistema que a nós se afigura a negação dos melhores valores morais. Para a sua grande maioria, é justamente o contrário que se verifica: a intensidade das emoções morais em que repousa um movimento como o nazista ou o comunista talvez só possa ser comparado à dos grandes movimentos religiosos da história. Uma vez admitido que o indivíduo é simples instrumento para servir aos fins da entidade superior – sociedade ou nação – manifesta-se necessariamente a maior parte dessas características dos regimes totalitários que nos encham de horror. Onde existe uma finalidade comum e soberana, não há lugar para uma moral ou para normas gerais. Quando toda a sociedade é dominada por alguns fins específicos, é inevitável que, vez por outra, a crueldade se torne um dever. Para ser um auxiliar útil na administração de um estado totalitário, não basta que um indivíduo esteja pronto a aceitar justificações capciosas de atos abomináveis; deve estar preparado para violar efetivamente qualquer regra moral de que tenha conhecimento, se isso parecer necessário à realização do fim que lhe foi imposto.

XI. O FIM DA VERDADE

Para que um sistema totalitário funcione com eficiência, não basta que todos sejam obrigados a trabalhar para os mesmos fins; é essencial que o povo passe a considerá-los seus fins pessoais. Se o sentimento de opressão nos países totalitários é em geral bem menos agudo do que muitos imaginam nos países liberais, é porque os governos totalitários conseguem em parte fazer o povo pensar como eles querem. Isso é realizado pelas várias formas de propaganda.

Quando todas as formas de informação corrente se acham sob um controle efetivo único, não se tem apenas uma situação em que se tenta persuadir o povo disso ou daquilo. O hábil disseminador de propaganda terá então o poder de manipular as mentes da forma que lhe aprouver.

Embora, num Estado totalitário, a posição ocupada pela propaganda confira a este instrumento um poder incomparável sobre as mentes, os efeitos morais peculiares que ela produz não decorrem da técnica mas do objetivo e da amplitude da propaganda totalitária. Caso seu objetivo fosse unicamente ensinar ao povo um código moral definido e abrangente, o problema se restringiria a saber se esse código é bom ou mau. As conseqüências morais da propaganda totalitária que vamos analisar são, no entanto, de uma natureza ainda mais profunda. Elas destroem todas as regras morais porque minam um dos fundamentos de toda a ética: o senso da verdade e o respeito a ela. É necessário fazer com que as pessoas concordem não apenas com as

finalidades últimas, mas também com as idéias sobre os fatos e as possibilidades em que se baseiam as medidas específicas.

Embora caiba à autoridade planejadora decidir constantemente sobre questões de mérito em que não existem regras morais definidas, ela se verá obrigada a justificar tais decisões perante o povo. A necessidade de encontrar um pretexto para justificar as preferências e antipatias obrigará o planejador a inventar teorias, um processo de criação de mitos que justifiquem os atos do líder totalitário.

A necessidade de doutrinas oficiais para dirigir os esforços do povo foi prevista pelos teóricos do totalitarismo. As “nobres mentiras” de Platão e os mitos de Sorel atendem ao mesmo objetivo da doutrina social do nazismo ou da teoria do Estado corporativo de Mussolini.

No processo de condução do povo no caminho do líder, a palavra mais deturpada é, evidentemente, “liberdade”. A nova liberdade que conhecemos foi aniquilada em nome de uma nova liberdade prometida ao povo. Existem até “planejadores da liberdade” que prometem uma “liberdade coletiva”. A palavra “liberdade” não foi a única a ser deturpada: o mesmo aconteceu com “justiça” e “lei”, “direito” e “igualdade”.

Os fatos e as teorias tornam-se objeto de uma doutrina oficial, na mesma medida em que as opiniões sobre valores. Escolas, imprensa, rádio e cinema passam a ser usados para a disseminação das idéias das autoridades, sejam elas certas ou erradas. Não há campo que escape ao controle sistemático das informações; mesmo aqueles que aparentemente não parecem ter importância política. É característico do espírito totalitário, por exemplo, condenar toda atividade humana exercida por prazer, sem propósitos ulteriores. Tudo passa a ser dirigido por “uma concepção unitária de conjunto”. A própria palavra “verdade” perde o seu antigo significado, passando a ser algo a ser definido pelas autoridades.

O desejo de impor ao povo uma ideologia considerada salutar para ele não é um fato novo. Novo é o argumento que procura justificar tais tentativas. Alega-se que na nossa sociedade não existe a verdadeira liberdade de pensamento, porque as opiniões e os gostos das massas são moldados pela propaganda, pela publicidade, pelo exemplo das classes superiores e por outros fatores ambientais que obrigam o pensamento a se conformar a padrões estabelecidos.

O aspecto trágico do pensamento coletivista é que, ao tentar tornar a razão a instância suprema, acaba destruindo-a por interpretar de forma errônea o processo do qual depende o desenvolvimento dessa mesma razão.

XII. AS RAÍZES SOCIALISTAS DO NAZISMO

É um engano considerar o nacional-socialismo uma simples revolta contra a razão, um movimento irracional sem antecedentes intelectuais. Se assim fosse, constituiria um perigo bem menor. As doutrinas do nacional-socialismo representam o ponto culminante de uma longa evolução de idéias. O sistema se desenvolveu com coerência implacável. Uma vez aceitas suas premissas, não se pode fugir à sua lógica. Trata-se simplesmente do coletivismo libertado de todos os vestígios de uma tradição individualista que pudessem impedir-lhe a realização.

No início as idéias nazistas eram aceitas apenas por uma minoria, mas em seguida passaram a conquistar o apoio da maioria do povo. O apoio a elas veio exatamente dos socialistas, e não de uma burguesia.

As doutrinas pelas quais, na geração anterior, as lideranças alemãs tinham-se pautado não se opunham aos elementos socialistas do nazismo, e sim aos elementos liberais que este continha – seu internacionalismo e sua democracia. Foi estreita, desde o início, a relação entre socialismo e nacionalismo. Os mais ilustres precursores do nacional-socialismo são reconhecidos, ao mesmo tempo, como fundadores do socialismo.

A histeria de guerra de 1914 que, por causa da derrota alemã, nunca se extinguiu por completo, é o

ponto inicial dos desdobramentos mais recentes que produziram o nacional-socialismo.

Representante importante desse processo foi Werner Sombart, que a princípio era marxista e dedicava especial aversão ao capitalismo. Segundo ele, os verdadeiros ideais alemães de uma vida heróica estavam, antes de 1914, ameaçados de desaparecer por causa do avanço contínuo do pensamento mercantil inglês, do conforto inglês, do esporte inglês, avanço esse que começava a contagiar outros povos. Para Sombart, considerar a guerra algo desumano e insensato é um produto da mentalidade mercantil. Há uma vida superior à vida individual – a vida do povo e do Estado – e a finalidade do indivíduo é sacrificar-se por essa vida superior.

Outros intelectuais alemães formularam idéias muito parecidas, como Johann Plenge, Walther Rathenau, Friedrich Nauman, Lensch, Oswald Spengler e van den Bruck. Propunham a submissão do indivíduo ao todo e o planejamento central de todos os aspectos da vida. A luta contra todas as formas de liberalismo que derrotara a Alemanha se alimentava da idéia comum que uniu numa frente única socialistas e conservadores.

XIII. OS TOTALITÁRIOS EM NOSSO MEIO

É provável que a própria enormidade das violências cometidas pelos governos totalitários, ao invés de aumentar o receio de que tal sistema possa surgir um dia na Inglaterra, tenha fortalecido a certeza de que "isso não pode acontecer aqui". Não esqueçamos, porém, que quinze anos atrás a possibilidade de tal coisa vir a acontecer na Alemanha não pareceria menos fantástica. Não é com a Alemanha de hoje, mas com a Alemanha de há vinte ou trinta anos que as nossas condições atuais denotam uma semelhança crescente. Muitos aspectos, então considerados "tipicamente alemães", hoje são familiares na Inglaterra, e muitos sintomas fazem prever outros avanços na mesma direção. O mais significativo deles é a crescente analogia entre os pontos de vista da direita e da esquerda no campo da economia e sua comum oposição ao liberalismo. Além disso, há a crescente veneração ao Estado, a admiração pelo poder e pela grandeza em si mesma e o entusiasmo pela "organização" em todos os campos (que agora chamamos "planejamento").

Não é exagero dizer que os autores de obras sobre problemas políticos ou sociais que pareciam então mais tipicamente ingleses são os mais esquecidos hoje em dia. Talvez nada revele com maior nitidez essa transformação do que a constante simpatia com que a liberdade inglesa contemporânea se refere a Bismarck.

Embora, na Inglaterra, poucos estivessem dispostos a aceitar o totalitarismo *in totum*, raros são os aspectos desse sistema que ainda não tenhamos sido aconselhados a imitar por este ou aquele autor. Como sucedeu na Alemanha, a maioria das obras que estão preparando o caminho para a adoção de processos totalitários neste país [Inglaterra] são produto de idealistas sinceros e muitas vezes de homens de considerável força intelectual.

Dialogando com as pessoas que falam sobre a necessidade de contrapor "grandes" idéias às "pequenas" idéias e de substituir o velho pensamento "estático" ou "parcial" por um pensamento novo, "dinâmico" e "global", começamos a compreender que aquilo que a princípio se afigura um absurdo puro e simples é um sinal da mesma atitude intelectual cujas manifestações são as únicas que nos interessam neste livro.

Um exemplo do que temos em mente são os livros do Prof. E. H. Carr: *Twenty Years Crisis* e *Conditions of Peace*. No primeiro deles, Carr confessa sua filiação intelectual a Hegel e Marx.

Para o Prof. Carr, o processo em curso na Alemanha seguia apenas um tendência histórica inevitável. Por outro lado, o menosprezo desse autor por todas as idéias dos economistas liberais é tão profundo quanto o de qualquer autor alemão citado no capítulo anterior deste livro.

Escrevendo sobre "as funções morais da guerra", Carr lastima que pessoas bem-intencionadas persistam em ver a guerra como algo insensato e sem propósito, rejubilando-se, por outro lado, com o

"sentimento de que a vida tem significado e propósito criado pela guerra, o mais poderoso instrumento de solidariedade social".

Outro autor que merece atenção é o Dr. C. H. Waddington, cujo pequeno livro, *The Scientific Attitude*, é um bom exemplo da literatura ativamente patrocinada pelo semanário *Nature*, que combina as reivindicações de maior poder político para os cientistas com a ardente defesa de um "planejamento" em grande escala.

Segundo Dr. Waddington, o cientista possui qualificação para dirigir uma sociedade totalitária, pois "a ciência é capaz de julgar a conduta humana do ponto de vista ético".

O livro sobre a "atitude científica" nada tem de científico quando aborda questões sociais e econômicas. Como em todas as obras desse gênero, as convicções de Waddington são em grande parte determinadas pela sua crença nas "tendências históricas inevitáveis" que a ciência teria descoberto.

Um exame mais completo das variadas tendências totalitárias na Inglaterra deveria dedicar considerável atenção às várias tentativas de criar uma espécie de socialismo da classe média, as quais revelam uma semelhança com tendências equivalentes na Alemanha pré-hitlerista.

No campo dos movimentos políticos propriamente ditos não se pode deixar de levar em conta duas novas organizações – a Forward March e a Common Wealth – ambas apontando na mesma direção. Trata-se de uma ação política deliberadamente planejada pelos organizadores capitalistas de monopólios de inspiração corporativista, em que os setores industriais assumiriam o caráter de "domínios" semi-independentes e autárquicos. Acontece que o Estado que permitisse tão grandes concentrações de poder não consentiria que este repousasse inteiramente no controle privado. E um sistema em que grandes grupos privilegiados tiram proveito dos lucros do monopólio pode ser politicamente muito mais perigoso do que aqueles em que os lucros se concentram nas mãos de poucos.

Há sérias razões para duvidar que, mesmo naqueles casos em que o monopólio é inevitável, o melhor meio de controlá-lo seja entregá-lo ao Estado. O monopólio privado raramente é total, e ainda mais raramente é de longa duração. Mas um monopólio do Estado é sempre um monopólio protegido pelo Estado.

Nos casos em que o monopólio é inevitável, é provável que a estratégia de um forte controle estatal sobre os monopólios privados ofereça resultados mais satisfatórios do que a administração pelo Estado.

O problema do monopólio não seria tão complexo se tivéssemos de lutar apenas contra o capitalista monopolizador. Mas preocupa o crescimento do monopólio resultante em grande parte da colaboração intencional entre o capital organizado e o trabalho organizado.

Um dos espetáculos mais lamentáveis da nossa época é ver um grande movimento democrático amparar uma política que acabará por destruir a democracia e que só beneficiará a minoria que o apóia. Contudo, é esse apoio da esquerda às tendências monopolizadoras que as torna tão irresistíveis, e tão sombrias as perspectivas do futuro.

É uma experiência deprimente estudar o atual programa do Partido Trabalhista britânico, agora empenhado na criação de uma "sociedade planejada". Vinte e cinco anos atrás talvez houvesse alguma justificativa para se defender a idéia ingênua de que uma sociedade planejada pode ser muito mais livre do que o sistema competitivo de mercado. Mas não agora, com a experiência acumulada que aponta na direção contrária.

XIV. CONDIÇÕES MATERIAIS E OBJETIVOS IDEAIS

Agrada muito à nossa geração pensar que dá menos importância a considerações de ordem econômica que seus pais e avós. Há veracidade nessa mudança? Quando examinamos as principais razões com que se procura justificar a reconstrução social, quase todas mostram ser de natureza econômica, o que contradiz a idéia do fim do homem econômico.

Num sentido diferente, todavia, é indubitável que a nossa geração se mostra menos inclinada e intolerante que as anteriores a considerações econômicas. Impaciente e intolerante com qualquer restrição às suas ambições imediatas, não quer curvar-se ante as necessidades econômicas. O homem passou a encarar com ódio e revolta as forças impessoais a que se submetia no passado. Essa revolta reflete um fenômeno mais geral, uma nova relutância em submeter-se a qualquer regra cujo fundamento lógico não seja compreendido.

É natural que, ao tornar-se mais complexo o mundo em que vivemos, cresça a nossa resistência às forças que não compreendemos e que interferem em nossos planos. A resposta a essa questão dependerá sempre de um número tão grande de circunstâncias que nenhum cérebro será capaz de compreendê-la.

Foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização. O ponto crucial está no fato de que é muito mais difícil compreender racionalmente a necessidade de submeter-se a forças cuja atuação não podemos entender em detalhe do que fazê-lo animados da humilde veneração inspirada pela religião, ou mesmo pelo respeito às doutrinas econômicas.

A recusa a ceder a forças que não podemos compreender nem reconhecer como decisões conscientes de um ser inteligente é fruto de um racionalismo incompleto e, portanto, errôneo.

Têm razão aqueles que argumentam que adquirimos um enorme domínio sobre as forças da natureza, mas estamos atrasados na utilização eficiente das possibilidades de colaboração social.

Enganam-se, porém, quando levam mais longe a comparação, afirmando que devemos aprender a dominar as forças da natureza. Ora, esse é o caminho do totalitarismo, e a liberdade individual é inconciliável com a supremacia de um objetivo único ao qual a sociedade inteira deva submeter-se num regime totalitário. A única exceção, no caso, é constituída pela guerra e as calamidades temporárias, que exigem a mobilização social ao redor de um objetivo social temporariamente soberano.

É importantíssimo que tenhamos ampla visão da tarefa que enfrentaremos após a guerra, e que percebamos claramente aquilo que podemos ter esperança de realizar.

No caso do problema do desemprego, se os sindicatos resistirem com êxito a uma redução dos salários, restarão apenas duas alternativas: usar a coação ou deixar que aqueles que já não podem ser empregados com os salários relativamente altos recebidos durante a guerra permaneçam desempregados.

Não há dúvida de que depois da guerra o bom senso na direção dos nossos assuntos econômicos será ainda mais importante do que antes, e de que o destino da nossa civilização dependerá sobretudo da maneira como resolvermos os nossos problemas econômicos.

Nossas esperanças de evitar o destino que nos ameaça devem repousar na perspectiva da retomada de um progresso econômico acelerado, para cujo fim devemos estar prontos para adaptarmo-nos com rapidez às mudanças. A única possibilidade de construirmos um mundo decente está em podermos continuar a melhorar o nível de riqueza. Ou a moderna democracia entrará em colapso.

Nossa geração corre o perigo de esquecer não só que a moral é por essência um fenômeno da condução pessoal, mas também que ela só pode existir na esfera da autonomia individual para decidir. Fora da responsabilidade pessoal não há bondade nem maldade, nem possibilidade de mérito moral. Só quando somos responsáveis pelos nossos interesses e livres para sacrificá-los é que a nossa decisão tem valor moral. Nem temos o direito de ser altruístas à custa de terceiros. A responsabilidade, não perante um superior, mas perante a própria consciência, a compreensão de um dever não imposto pela coação, a necessidade de resolver qual das coisas a que damos valor devemos sacrificar a outras e aceitar as conseqüências da nossa decisão – eis aí a essência de toda regra moral que merece tal nome.

O fato de que na esfera da conduta individual os efeitos do coletivismo têm sido quase inteiramente destrutivos é ao mesmo tempo inevitável e inegável. Um movimento cuja maior promessa é isentar o indivíduo da responsabilidade não pode deixar de ser antimoral nos seus efeitos.

O coletivismo não tem como substituir as virtudes de uma sociedade individualista: independência,

confiança em si mesmo e disposição para assumir riscos e cooperar voluntariamente com os nossos semelhantes. Esse vácuo não é preenchido senão pela exigência de submissão e pela coerção do indivíduo para fazer aquilo que os objetivos superiores indicam.

Como as regras de conduta dos indivíduos são o manancial de onde provêm os padrões morais que a ação política possa ter, seria na verdade surpreendente que o relaxamento dos padrões da conduta individual fosse acompanhado de uma elevação dos padrões de ação social.

A discriminação contra membros e não-membros de grupos fechados, para não falar nas pessoas de nacionalidades diferentes, é cada vez mais aceita como natural. As injustiças infligidas a indivíduos pelos governos no interesse de um ou outro grupo são olhadas com uma indiferença que beira a insensibilidade.

Nessa mudança de valores morais causada pelo avanço do coletivismo há um aspecto que atualmente preocupa: as virtudes cada vez menos apreciadas são justamente aquelas de que com razão se orgulhava o povo britânico.

Se quisermos ser bem-sucedidos na guerra de ideologias e conquistar os indivíduos honestos dos países inimigos, devemos em primeiro lugar recuperar a fé nos valores tradicionais que este país representava no passado e possuir a coragem de defender com tenacidade os ideais atacados pelos nossos inimigos.

XV. A PERSPECTIVA DA ORDEM NACIONAL

Em nenhum outro campo o mundo pagou tão caro por abandonar o liberalismo do século XIX como no das relações internacionais. O resultado do planejamento concentrado na escala nacional e à revelia dos interesses de outros países tem como resultado inevitável o acúmulo de restrições ao movimento internacional de pessoas e mercadorias.

Se os recursos de cada nação forem considerados sua propriedade exclusiva, se as relações internacionais deixarem o plano individual para se tornarem cada vez mais relações entre nações inteiras organizadas como unidades comerciais, essas relações se converterão inevitavelmente em causa de atritos e inveja entre os povos. As transações econômicas entre unidades nacionais que são ao mesmo tempo juízes supremos da própria conduta, que não se curvam ante nenhuma lei superior, acabarão por converter-se em choque entre nações.

Aqueles que compreendem ao menos em parte essa ameaça sugerem que o planejamento deveria dar-se a nível internacional, esquecidos, porém, de que sua proposta poderia criar ameaças ainda piores. O conflito entre planejamento e liberdade aumenta em função das diferenças internacionais de valores e padrões de conduta. Não é difícil persuadir um povo a fazer sacrifícios para auxiliar a “sua” indústria, mas quem acredita na existência de ideais comuns de justiça distributiva que levem, por exemplo, o pescador norueguês a abrir mão de seus interesses econômicos a fim de ajudar seu colega português ou holandês?

Se a maioria não quer compreender essas dificuldades é sobretudo porque, conscientemente ou não, presume que ela própria é que resolverá essas questões. A idéia de que se possa planejar por meios democráticos a vida econômica de uma vasta região habitada por muitos povos revela falta de conhecimento dos problemas que esse planejamento criaria.

A crença na possibilidade desse vasto sistema de planejamento decorre da ilusão fatal de que se as decisões fossem deixadas ao “povo”, a comunhão de interesses das classes trabalhadoras logo superaria as diferenças que separam as classes dominantes. Ora, num planejamento internacional os interesses e opiniões das classes trabalhadoras dos diferentes povos divergiriam tanto quanto os das diferentes classes de qualquer país, e as bases para um acordo equitativo seriam ainda menores. Num sistema internacional de economia dirigida, as nações mais ricas teriam maior probabilidade de suscitar o ódio e a inveja das mais pobres do que em um regime de livre mercado.

Igualmente indefensável é a idéia do planejamento para igualar os padrões de vida. Tal planejamento começaria pela definição de uma ordem de prioridade entre as diferentes reivindicações. Não há lógica que nos permita determinar se as reivindicações do camponês pobre de um país são mais prementes ou não do que as de seu colega de outro país. Mas a nivelção do padrão de vida de ambos teria que ser decidida por alguém. Não é difícil imaginar as dificuldades práticas envolvidas na administração desse tipo de planejamento.

A organização dos recursos mundiais por órgãos mais ou menos autônomos, um sistema de vastos monopólios reconhecido pelos governos nacionais mas independente de todos eles, acabaria por converter-se no pior de todos os sistemas de operação.

É curioso observar como aqueles que se dizem os mais intransigentes realistas e ridicularizam as “idéias utópicas” dos que advogam uma ordem política internacional consideram praticável o planejamento universal.

É significativo, por outro lado, que os mais apaixonados defensores de uma Nova Ordem para a Europa, com direção econômica centralizada, revelem, com seus protótipos fabianos e alemães, o mais completo desdém pela individualidade e pelos direitos das pequenas nações.

Ao contrário de necessitarmos de uma autoridade internacional que não impeça os Estados de conservarem soberania política irrestrita, necessitamos de um poder político superior capaz de refrear os interesses econômicos, funcionando como árbitro nos conflitos que surgem entre estes por não estar ele próprio envolvido. Necessitamos de uma autoridade política internacional que, sem poderes para impor aos diferentes povos o que fazer, tenha condições de impedi-los de prejudicar os outros.

Vale a pena lembrar que a idéia de que o mundo poderá encontrar a paz mediante a fusão de diferentes estados em grandes grupos federados e depois, talvez numa federação única, constitui o ideal de quase todos os pensadores liberais do século XIX.

Não conseguiremos reconstruir a nossa civilização em grande escala, e certamente não conseguiremos preservar a democracia nas mãos de uma organização tão vasta que o homem comum não a possa fiscalizar ou compreender. A experiência de países como a Suíça e a Holanda encerra muitas lições que podemos aproveitar. Mas os pequenos só podem conservar a sua independência no âmbito de um verdadeiro sistema legal que assegure a aplicação de certas normas, no qual as autoridades encarregadas de administrá-las não possam usar esse mesmo poder para qualquer outra finalidade. Uma autoridade internacional que limite o poder do Estado sobre o indivíduo será uma das melhores salvaguardas da paz. O Estado de Direito internacional deve tornar-se uma proteção tanto contra a tirania do Estado sobre o indivíduo, como contra a tirania do novo Superestado sobre as comunidades nacionais.

Empregado com prudência, o princípio federativo poderá revelar-se a melhor solução para os mais complexos problemas mundiais.

CONCLUSÃO

O importante é que devemos chegar a um consenso sobre certos princípios e nos libertar de alguns erros que pautaram a nossa conduta nas últimas décadas. Devemos agora remover os obstáculos com que a estupidez humana obstruiu o nosso caminho e liberar a energia criadora dos indivíduos, em lugar de inventar novos mecanismos para “guiá-los” ou “dirigi-los” – criar condições favoráveis ao progresso, ao invés de “planejar o progresso”. O princípio orientador – o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso – permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX.

O autor do livro *O Caminho da Servidão*, professor Friedrich A. Hayek, nasceu em Viena,

em 1899. Na famosa universidade da sua cidade natal ele obteve seu doutorado em direito (1921) e um segundo doutorado em ciências políticas (1923). Foi professor na London School of Economics, na Universidade de Chicago e na Universidade Albert-Ludwigs, de Freiburg, Alemanha. Escreveu 25 livros e uma enorme quantidade de artigos nos campos da economia, filosofia social, psicologia, direito, ciência política e história. Em 1974 recebeu o Prêmio Nobel em economia. Faleceu em 1992, na Alemanha.

O Caminho da Servidão foi publicado em 1944 como um alerta, principalmente dirigido aos ingleses, sobre o perigo de a Inglaterra enveredar pelos mesmos descaminhos da Itália fascista, da Alemanha nazista e da URSS comunista. Trata-se de um livro diferente dos demais trabalhos publicados por Hayek. Diferente por ser uma obra de caráter político, escrita num estilo semi-panfletário.

É o próprio Hayek que nos informa no prefácio da edição inglesa de 1944: "Este é um livro político. [...] Embora seja um livro político, tenho a máxima certeza de que as convicções que nele se expressam não são ditadas por seus interesses pessoais".

Mas o livro é também um importante trabalho acadêmico de crítica ao socialismo e a todas as formas de construtivismo social. Na realidade, *O Caminho da Servidão* foi uma espécie de programa pessoal de trabalho, do qual posteriormente resultaram alguns dos livros monumentais de Hayek, como *Os Fundamentos da Liberdade*, *Direito, Legislação e Liberdade* e *The Fatal Conceit*.